

Receitas para a economia em 82

12 DEZ 1981

Brasil

Comenta-se que num recente jantar de fim de ano, no Rio de Janeiro, que reuniu na residência de um editor eminentes figuras do mundo dos negócios e antigos e atuais membros do governo, se criou grande confusão quando os presentes discutiram a política econômica que deveria ser seguida em 1982. Os convidados saíram do jantar satisfeitos com o cardápio servido, mas com fome de saber o que se deve fazer no ano que vem... Compreende-se a razão dessa perplexidade quando se examinam as diferentes "receitas" propostas com o objetivo de reerguer em 1982 a economia nacional.

Uns recomendam que se recupere o ano perdido buscando uma taxa de crescimento de 8%. Outros insistem em que é necessário renunciar à atual política monetária, que está matando a economia do País. Outros, ainda, advertem que é preciso desistir da exportação intensiva, e consideram que se deve recuperar a economia por via do mercado interno.

Os que prescrevem todas estas receitas parecem esquecer-se de um

ponto importante, a saber, de investigar as causas da recessão em que se afundou a economia nacional, e levar em consideração apenas as consequências aparentes. Em primeiro lugar, importa reconhecer que o governo alcançou alguns resultados positivos, que não podem ser relegados: a redução da taxa de inflação (que se deve avaliar à luz das taxas dos quatro últimos meses) e o superávit da balança comercial.

Não há dúvida de que a política monetária deu apreciável contribuição à reversão de tendência da inflação e que a retração dos negócios concorreu para restringir as importações. Por outro lado, é evidente que, se se relaxasse o controle monetário, a inflação retomaria o ímpeto, e que, se se incrementasse para além de certo ponto a produção industrial, a balança comercial seria prejudicada. O problema que se apresenta é descobrir o meio de sair da recessão sem deixar que se estraguem os bons frutos que foram colhidos a um custo social talvez exorbitante.

Para isso, é necessário examinar as causas da recessão, que certamen-

te desbordou dos limites programados pelo governo. Não nos parece que a recessão se tenha originado da política de compressão monetária apertada — uma vez que admitimos que teria sido possível executar esta mesma política sem taxas de juros tão elevadas. A recessão foi causada pela retração do poder aquisitivo da classe média, retração que se deve ao aumento excessivo da carga tributária (Imposto de Renda com reajuste artificial da tabela progressiva), do enorme aumento da correção monetária e da política salarial, cujos reajustes não acompanharam a taxa de inflação. Em consequência, registrou-se a queda da produção, que fomentou o desemprego, fenômeno que se tornou mais dramático devido ao jogo da lei salarial, que concorre para imprimir maior rotatividade à mão-de-obra, com a contratação de pessoal em troca de salários inferiores. Cabe acrescentar que as empresas foram preñidas pelos atrasos de pagamentos devidos pelas empresas estatais e que, deste modo, procuraram acomodar-se às restrições orçamentárias que lhes foram impostas pelo governo.

Não será possível sair da recessão por meio de uma política monetária mais frouxa, mas, antes, por meio de uma reforma radical da política tributária. Não estamos preconizando, pura e simplesmente, a redução da carga tributária, mas apenas sua distribuição mais equitativa. Para levar a cabo esta tarefa é necessário, naturalmente, um pouco de imaginação e de desassombro. Aliás, a coragem se faz também necessária para proceder-se à reformulação da política salarial, que, no momento, se volta contra os próprios operários.

Sem dúvida, é preciso também reduzir as taxas de juros para emergir da recessão. Aparentemente, porém, não se dá realce à necessidade, imperiosa, de criar condições para a retomada dos investimentos, que exige recursos. Há grande preocupação em produzir, mas o investimento parece relegado a segundo plano. Parece-nos que esta exigência deveria levar a reconsiderar a realocação da poupança, como também o seu custo. De qualquer modo, isto não significa que se devam pôr de lado as conquistas já feitas.